



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **RENATO GUIMARÃES ADUR**
PFL Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**
PDT Deputado **PAULO MAIA DE OLIVEIRA**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ALCEU ANTONIO SWAROWSKI**
PT Deputado **FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PP Deputado **NILTON ROBERTO BARBOSA**
BPI Deputado **LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifton - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dullio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Gulomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezeira Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Bolko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania
(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 42.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados João Iensen e Dirceu Manfrinato.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (52). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: Dalton Machuca (01). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Senhor Deputado Basílio Zanusso, constatando a presença de número para aprovação da Ata retira seu pedido de chamada nominal.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº ATCC 3919/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao pedido de informações, solicitada pelo Deputado Algaci Túlio ao Secretário de Estado da Educação, sobre a "desativação da Escola Estadual Presidente Kennedy, Ensino de 1º Grau, desta Capital". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 3927/93, do Senhor Mauro Rocha, Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao pedido de informações, solicitada pelo Deputado Florisvaldo Fier à Secretaria de Estado da Cultura, sobre a "Rádio e Televisão Educativa do Paraná". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO Nº 123/93

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares no dia 10.05.93, tendo em vista os vários compromissos cumpridos na Região Noroeste do Estado onde possui minha base eleitoral.

Contando com o atendimento desta nossa solicitação, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o adiamento da discussão da Proposição nº 11/93, constante da Ordem do Dia desta sessão plenária, pelo prazo de 05 sessões.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 1190

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 575/91, que revoga a Lei n° 7.727, de 25 de julho de 1983. (Município de Turvo).

Sala das Sessões, em 11.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO

OVIDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Hesdras de Lima Metring, e que seja dado conhecimento do presente aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Hesdras de Lima Metring, era advogado militante e assessor jurídico da Câmara Municipal de Jesuítas, vindo a falecer tragicamente assassinado no Município de Nova Aurora, deixando enlutada a cidade onde residia, pois sua perda deixará uma lacuna naquela sociedade que jamais será preenchida.

Lamentamos profundamente o seu passamento e temos certeza que será feita justiça nesse triste episódio que abalou a região oeste.

REQUERIMENTO N° 1164

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Valéria Romani, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, dia 7 próximo passado.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Afonso Celso, n° 2315, na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa prestimosa, de elevada fé cristã, assistente dos irmãos carentes, que com seu passamento causou grande perda à sociedade ponta-grossense.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1165

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário voto de profundo pesar, pelo precoce falecimento da jovem Heike Epp, ocorrido no último dia 09 de maio do ano em curso, ocorrido na Cidade de Palmeira, Colônia Witmarsum.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) HEINZ GEORG

JUSTIFICATIVA:

O presente se dá em razão do precoce falecimento da jovem Heike Epp, ocorrido em data de 09.05 do ano em curso vítima de lamentável acidente automobilístico.

A jovem Heike Epp, filha do Senhor Sieghard Epp e Senhora, estudante do Curso Colegial, deixa a saudade de sua presença a qual sempre transmitiu seu dinamismo e preocupação com o futuro, dos jovens da Região de Palmeira, mais precisamente da Colônia Witmarsum.

É portanto motivo de profundo pesar para esta Casa de Leis, associar-se as condolências que fazemos nesta data, a família enlutada.

REQUERIMENTO N° 1193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa e comunicado à família enlutada, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arnaldo Francisco Dunke, ocorrido no dia 9 de maio de 1993, no Distrito de Novo Sobradinho, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Juntamente com toda a comunidade de Novo Sobradinho e familiares, sentimo-nos igualmente enlutados pelo falecimento do Pioneiro e amigo Arnaldo Francisco Dunke.

Brava gente o Senhor Arnaldo e a esposa Erna, que com esperança, mas com lágrimas, suor e sangue rasgaram a bruta mata e perseverantes abriram novo caminho para si e outra gente, futuras gerações alcancarem os mais altos destinos. O perímetro urbano de Novo Sobradinho está encravado em terras cedidas pelo pioneiro Arnaldo Francisco Dunke.

Lembrar a luta dos homens antigos, dos desbravadores do sertão bravo é um apelo que nos atinge, como um eco longínquo de

dor e saudade, fazendo lembrar muito dos seus padecimentos.

Jamais nos esqueceremos e nem a comunidade de Novo Sobradinho, da luta, trabalho e exemplo de Arnaldo Francisco Dunke, que, para nós, do futuro, tanto sofreu e se dedicou.

Julgamos justo que a Assembléia Legislativa se associe à dor da família enlutada e da comunidade de Novo Sobradinho, pelo falecimento do Pioneiro e desbravador Arnaldo Francisco Dunke, aos 67 anos de idade.

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de votos de congratulações, pelo transcurso do Jubileu de Prata, em 13.05.93, da profissão de Zootecnista no Brasil.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações pelo 13° aniversário do município de Jesuítas, e que seja dado conhecimento da proposição em apreço ao Senhor Agostinho Heinzen, Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No 13° aniversário de emancipação política de Jesuítas, queremos parabenizar aquele povo trabalhador e ordeiro que tem demonstrado graças ao seu esforço o potencial da sua cidade, tendo à frente da administração um Prefeito competente, honesto e que não mede sacrifícios para que os jesuitenses desfrutem de uma vida mais digna.

Por isso, tanto o município através da sua administração, como o seu povo merecem as nossas congratulações e o desejo de que trabalhem unidos por um município cada vez mais pujante.

REQUERIMENTO N° 1182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações pelo 1° aniversário do município de Virmond, e que seja dado conhecimento da proposição em apreço ao Vereador Albino Slaviz Svartz, Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Virmond, instalado no início deste ano, embora recém criado, já vem demonstrando o seu potencial de desenvolvimento, e temos certeza de que com a ajuda daquele povo trabalhador permanecerá em constante progresso, que é o nosso desejo.

REQUERIMENTO N° 1191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "Votos de Congratulações" e manifestação de regozijo pela passagem do 1° aniversário de fundação do semanário "Folha de Pinhais", no próximo dia 12 de maio do corrente, expressões essas que atribui à pessoa do Senhor Carlos Moraes, diretor-proprietário da empresa.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Parabenizamos a Folha de Pinhais em seu primeiro ano de aniversário, o único meio de comunicação do próspero e recém-criado município de Pinhais. A persistência e o dinamismo do Senhor Carlos Moraes, proprietário do referido semanário, aliado à competência de sua equipe de trabalho, os fatores decisivos para levar esses doze meses de circulação. Jornal investigativo, com qualidade em suas colunas, atinge cerca de 30 municípios da região metropolitana de Curitiba, estando previsto para dentro de alguns dias, estender-se a 50 municípios.

Parabéns Carlos Moraes, parabéns editores, redatores, jornalistas, entregadores, recepcionistas, funcionários em geral da empresa, anunciantes da "Folha de Pinhais". Parabéns leitores assíduos do jornal.

REQUERIMENTO N° 1184

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER de Vossa Excelência o encaminhamento, ao Senhor Superintendente da COMEC, de solicitação para que medidas urgentes sejam tomadas com relação à exploração criminosa dos areais localizados às margens da Rodovia João Leopoldo Jacmel, nos Municípios de Piraquara e Pinhais.

No Município de Piraquara localizam-se os mananciais que abastecem grande parte da população da grande Curitiba, de água. Ali nascem os rios Piraquara e Iraí que, sem poluição, com água em natura, com uma turbidez mínima de 5%, chegam ao Município de Pinhais. Ali, no encontro dos rios passam a ter uma turbidez (poluição) que va-

ria de 75% a 90%, quando as Estações de Tratamento, do Tarumã e Iguaçu, são obrigadas a parar, com prejuízos incalculáveis à população que se vê privada do elemento essencial à vida - a água.

Segundo alertas constantes dos ambientalistas, essa situação é causada pela extração, feita de forma criminosa, de areia, nas margens da Rodovia João Leopoldo Jacomel e sobre áreas de mananciais.

Os areais vêm sendo usados sem nenhum cuidado e proteção ao meio ambiente e estão entulhando os rios. O lodo retirado com a extração de areia, vem sendo depositado nas cavas dos rios e com isso, os prejuízos a toda uma população, de milhares de pessoas, vem sendo prejudicada.

Requer-se da COMEC, providências urgentes para sanar o problema, assim como para impedir a degradação ambiental que ali vem ocorrendo, com a penalização dos responsáveis pela ação criminosa exposta.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1185

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de solicitação ao Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, para que determine medidas urgentes destinadas a restaurar a Rodovia João Leopoldo Jacomel, que liga os Municípios de Piraquara e Pinhais a Curitiba.

A presente solicitação justifica-se em razão de aquela rodovia - única via de acesso direto à Capital - encontra-se danificada pela ação dos areais que vêm sendo explorados sem observação da legislação atinente à preservação ambiental, em suas margens. As ondulações da pista, assim como a danificação dos acostamentos, colocam em risco não apenas o considerável número de veículos que por ali trafegam diariamente, como o único acesso do Município de Piraquara a Curitiba.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando os estudos necessários visando a implantação de um núcleo da Secretaria no Município de Guaraniaçu, abrangendo Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Diamante do Sul, Nova Laranjeiras, Rio Bonito do Iguaçu, Ibema, Campo Bonito, Virmond, Catanduvas e Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Guaraniaçu, por sua localização privilegiada, tornou-se um pólo regional.

A criação de um núcleo no município, beneficiará, sobremaneira, todos os municípios que integrarão o novo organismo pleiteado, sobretudo, em razão da distância que diminuirá consideravelmente, levando melhorias e qualidade de ensino na região.

REQUERIMENTO N° 1159

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, no sentido de que este determine a liberação de um caminhão de bombeiro para o Município de Loanda.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar manifesta sua preocupação, em torno deste Requerimento, por se tratar que só o Município de Paranavaí dispõe de carro de bombeiro, e a locomoção do veículo até o extremo Noroeste não conteria um acidente a tempo, sendo desta forma o Município de Loanda um centro que atende a vinte Municípios do Noroeste e assim beneficiaria 300.000 pessoas desta região, ajudando o destacamento de Paranavaí e dando maior segurança a população.

Em suma, o caminhão do Corpo de Bombeiros é de uma utilidade fundamental àquela região, eis que, proporcionará um rápido e eficaz atendimento às ocorrências, possibilitando, certamente, a salvação de vidas.

REQUERIMENTO N° 1167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a destinação de equipamentos e materiais esportivos para o Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades vividas pelas administrações municipais, decorrentes inclusive da diminuição de suas participações no FPM, associada a constante queda na arrecadação, em face da recessão econômica, atinge todos os setores da administração pública municipal.

Diante dessa realidade, também, a área do desporto e do lazer são atingidos.

Importante salientar que a educação física e o desporto, nos pequenos municípios, têm se limitado à vida escolar.

Tal situação, sem dúvida, torna o desporto improdutivo, não criando possibilidades para o descobrimento de talentos nas diversas modalidades esportivas.

O desporto no Brasil precisa ser massificado, o investimento no setor, já está provado, traz resultados.

A associação prática desportiva e lazer, muito contribui para a formação do jovem, impedindo-o de percorrer caminhos perigosos que a ociosidade induz. Razão pela qual, temos a absoluta certeza de que o ilustre secretário do esporte será sensível a esta reivindicação da comunidade de Iretama.

REQUERIMENTO N° 1168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao senhor Coronel QOEM MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a ampliação do efetivo policial daquela corporação para o município de Luiziana, com efetivo próprio para os distritos de Valinhos, Aterrado Alto e Pranchinha.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A preocupação com os aspectos da segurança pública não constitui, infelizmente, em nossos dias, problema apenas das grandes cidades.

Luiziana é um dos maiores municípios em extensão territorial dentre os que integram a microrregião doze, e tem a integrar seu efetivo atual 06 policiais militares, para atendimento e prestação de serviços de segurança pública para seis mil habitantes.

Tal quadro mostra-se preocupante à população daquele município, que já vem vivendo algumas situações de risco, decorrentes da insuficiência de pessoal de policiamento ostensivo e preventivo.

A segurança pública constitui ponto de relevância no âmbito do atual Governo do Estado, razão pela qual temos a absoluta certeza de que o Comando Geral da Polícia Militar do Paraná, não permanecerá indiferente a esta justa reivindicação da comunidade de Luiziana.

REQUERIMENTO N° 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção de uma Casa da Cultura, na sede do município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As iniciativas culturais da comunidade não podem prescindir do apoio dos poderes públicos, através da criação de espaços próprios para suas manifestações.

Na grande maioria das vezes, tais manifestações recorrem ao improvisado de locais, que não atendem à qualidade técnica esperada e necessária aos diversos tipos de espetáculos.

A comunidade de Mamborê, através da presente solicitação, busca um espaço próprio, organizado, para apresentarem e manifestarem suas atividades artístico-culturais.

Em local apropriado, as manifestações artísticas poderão ter seus eventos valorizados, já que a cidade poderá sediar eventos de maior envergadura, e ainda, oportunizar que se ofereçam cursos, oficinas, seminários, entre outros, que edifiquem seus conhecimentos.

É oportuno informar que o município já destinou imóvel apropriado à construção do referido centro cultural.

REQUERIMENTO N° 1170

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Presidente da CEASA, Gernote Kirinus, solicitando o envio ao município de Altônia, de um ônibus tipo Mercado Popular, para atendimento a população carente do Município, com distribuição de alimentos básicos, dentro dos parâmetros estabelecidos pela CEASA.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1171

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, solicitando uma viatura com equipamentos para o município de Altônia.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista estar o município de Altônia situado na Região Noroeste do Paraná, divisa com o Mato Grosso do Sul e próximo ao Paraguai, através do Rio Paraná, tem sido constantemente prejudicado por ações criminosas de marginais, com seqüestros, contrabando e roubos de carros, etc.

Essas ações são motivadas em parte pela falta de recursos materiais e veículos em condições de combatê-las com eficácia, proporcionando à comunidade tranqüilidade e segurança.

O veículo colocado à disposição da Delegacia de Polícia local, já não oferece condições para desenvolver um trabalho de policiamento e patrulhamento à altura que a situação exige, ocasionando sobressaltos à população.

Pelas razões expostas e no intuito de preservar a segurança de todos, vem solicitar a doação de um veículo novo e equipamentos para que possam desenvolver os trabalhos necessários que o município necessita.

REQUERIMENTO N° 1172

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, solicitando uma viatura com equipamentos, para o município de Francisco Alves - Paraná.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de uma viatura e equipamentos para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1173

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após mani-

festação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, expediente solicitando à liberação de uma viatura com equipamentos para o município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de uma viatura e equipamentos para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes as áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 1174

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Teixeira Soares.

O município de Teixeira Soares, com uma área de 1317 Km², um município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 15.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Romanelli, digníssimo Secretário Especial da Habitação, no sentido de que seja viabilizado uma parceria com o município de Imbituva - Pr., para a construção de Casas Populares, a carência de moradia

do município só poderia ser resolvida se o Governo do Estado participar.

Com a parceria do Governo do Estado, seriam construídas casas ao alcance dos trabalhadores e colonos, com prestações que não ultrapassariam 20% (vinte por cento) do valor do salário-mínimo.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1176

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Ventania.

O município de Ventania, com uma área de 423 Km2, um município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 6.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1177

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando televisão, vídeo cassete e antena parabólica para o Colégio Estadual Professor Júlio César - Ensino de 2° Grau, na cidade de Rebouças.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Tais aparelhos, citados acima, irão auxiliar os professores, a desenvolverem melhor a matéria, podendo dar além do programa anual, aulas extras para fixar melhor o assunto e descontraír os estudantes, estimulando o desenvolvimento da educação no nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1178

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, en-

vio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do município de Ortigueira.

O município de Ortigueira, com uma área de 2417 Km2, um município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 55.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside no quadro rural.

Sendo assim, o município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Itamar Franco, Excelentíssimo Presidente da República, solicitando a definição de uma política clara para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o investimento financeiro na instituição visando a sua recuperação como órgão de estudos e conhecimento da realidade física, econômica e social do País.

JUSTIFICATIVA:

Não pode o Brasil prescindir de uma instituição como o IBGE e, não podem os nossos governantes repetir erros como foi o caso do adiamento do Censo de 1990 para 91.

Para se ter um País bem planejado é necessário dados corretos da realidade e, quem pode obtê-los é o IBGE através de uma boa administração e com funcionários competentes e bem remunerados.

Por isso a solicitação de maior atenção e maior investimento no IBGE para salvá-lo.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Moacir Favetti, Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando providências urgentes no sentido de determinar a construção de dois módulos policiais, o primeiro no bairro de Bom Sucesso e outro

no Parque Nossa Senhora das Graças, ambos no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação dos moradores do bairro de Bom Sucesso e do Parque Nossa Senhora das Graças é antiga e das mais justas e necessárias.

A população vive atemorizada devido a presença constante de desocupados pelas ruas, que perturbam e causam desordens, sem que não se faça nada a respeito.

A construção dos módulos policiais, com a conseqüente presença constante dos policiais militares, certamente trará maior tranquilidade para os moradores, principalmente aos estudantes que percorrem as ruas à noite, ao retornar dos colégios da região.

REQUERIMENTO N° 1187

Senhor Presidente.

O Deputado Domingos Faustino de Carvalho, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, solicitando informações a respeito do financiamento de casas populares do Conjunto Cantagalo, situado na cidade de Castro, neste Estado, a saber:

a - Qual é a metragem das unidades construídas no conjunto Cantagalo?

b - A Caixa Econômica Federal financiou 20 m2 ou 30 m2?

c - A doação do terreno feito pelo Município de Castro e as obras de infraestrutura, também executadas pelo referido Município, foram deduzidas no financiamento das unidades construídas?

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, sita nesta cidade de Curitiba, à Rua José Loureiro, n° 195.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

Apoio: Heinz Herwig, Renato Adur, Luiz Henrique Bona Turra, José Arthur Ritti, Severino Félix, Oswaldo Trevisan, Dirceu Manfrinato, Anibal Khury, Júlio Bifon, Emilia Belinati, Toti Colaço, Alceu Swarowski e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente - Justifica-se o presente requerimento, no sentido de se obter junto à Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional do Paraná, a respeito da construção das casas populares no Conjunto Cantagalo no município de Castro.

As informações visam esclarecer se houve ou não vantagens para os mutuários, pessoas de baixa renda, já que há notícias de que o Município de Castro fez a doação

do terreno, bem como foi por conta do Município de Castro as obras de infra-estrutura, sem ônus para a empresa construtora.

REQUERIMENTO N° 1194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário. O envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil S/A., e ao Senhor Superintendente Regional do Paraná, consubstanciado em solicitação, para que, seja determinado e oficializado a instalação de uma Agência do Banco do Brasil S/A, na cidade Maripá, em nosso Estado.

Sala das Sessões, 11.05.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma reivindicação das mais justas e de caráter urgente de ser atendida. Pois Maripá, apesar de ser um Município recém instalado, tem conseguido ao longo dos anos implantar uma agricultura e pecuária das mais destacadas e produtivas no Oeste do Estado, mercê a força do trabalho de sua gente que transformou aquela comunidade numa das mais fortes economias.

Uma Agência do Banco do Brasil S/A., virá ao encontro daquela gente para auxiliar melhor o desenvolvimento da agricultura e pecuária, com aumento da produtividade.

Se atualmente Maripá e sua gente produz riquezas e participa ativamente no desenvolvimento da Região e do Estado, mais acentuadamente participará, se puder contar com o apoio de uma agência do Banco do Brasil.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 177/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fimdo o exercício fiscal, todo lucro financeiro percebido no período observado em balanço, por qualquer empresa da administração direta, indireta ou autárquica do Estado do Paraná, deverá ser integralmente reaplicado no município de origem sob a forma de obras, aquisição de equipamentos e utensílios, independentemente de outros projetos existentes.

Art. 2° - Deverá ser dado conhecimento ao público dos valores a serem aplicados e de que forma, através da veiculação de publicidade na mídia local e regional.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Empresas como a SANEPAR, COPEL e outras, vêm ao longo dos anos auferindo verdadeiras fortunas na prestação de serviços sob sua responsabilidade, em municípios de todos os portes no Estado.

São recursos levados dos municípios, sem o retorno equivalente, se levarmos em conta de que a grande maioria dos projetos de extensão de rede, entre outros, geralmente são realizados com o patrocínio de financiamentos federais e, até mesmo, de organismos internacionais.

É de supor que a aplicação dos lucros auferidos em cada município, pelas empresas do Governo do Estado, no próprio município que originou a receita, seja fator altamente positivo, inclusive no tocante à melhor disposição da população em recolher os tributos.

Não há como negar que a centralização dos recursos advindos da prestação de serviços pelas empresas estaduais, gera insatisfação, posto que, nem sempre, ou melhor, quase nunca, os valores serão distribuídos nos percentuais em que foram recolhidos nos diversos municípios, gerando, com isso, uma justificada insatisfação.

Por estas razões, apelamos aos nobres Parlamentares componentes desta Casa de Leis, que acolham e aprovelem este projeto que irá beneficiar de maneira concreta todos os municípios do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 178/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Ponte "Pedro Merhy Seleme", a ponte sobre o Rio Negro, que liga os Municípios de São Mateus do Sul no Estado do Paraná ao de Três Barras no Estado de Santa Catarina.

Art. 2° - Este projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O trabalho e a luta de pioneiros como Pedro Merhy Seleme, não pode de maneira alguma passar despercebido.

Em 1966, há exatamente 27 anos atrás, alguém lá do interior de Santa Catarina, imigrante nacionalizado brasileiro, com toda a dificuldade que a época lhe impunha, gestionou junto aos governadores do Paraná e de Santa Catarina pela construção da ponte sobre o Rio Negro, que liga os Municípios de São Mateus do Sul no Paraná ao de Três Barras em Santa Catarina, de onde era prefeito, com uma única intenção:

- Melhorar a qualidade de vida regio-

nal.

Pedro Merhy Seleme já podia antever que tudo o mais seria consequência da construção da ponte.

Estava aberto ali um verdadeiro corredor de exportações para o Paraná e Santa Catarina, o progresso viria por força dos homens e mulheres que ali, em função do fácil acesso, iriam se afixar, construindo residências, desenvolvendo economicamente a região, fazendo com que o progresso chegasse mais depressa ao nosso sul do Paraná.

O curriculum de Pedro Merhy Seleme, anexo a este projeto, fala por si só. Não são necessárias mais palavras para respaldar nossa iniciativa deste projeto de lei.

Peço que verifiquem atentamente o mérito deste projeto de lei, que tenho certeza fará justiça, reconhecendo um trabalho pioneiro, uma visão futurista, de um homem que lutou pensando no bem-estar não só de sua comunidade, mais a nível regional catarinense e sem olhar fronteiras, pelo povo de todo o sul do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 179/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Rodovia "Pedro Merhy Seleme" o trecho da Rodovia PR-151 entre os Municípios de São Mateus do Sul - Paraná e Três Barras - Santa Catarina.

Art. 2° - Este projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tomo a iniciativa de prestar uma homenagem a um homem que mesmo estando no Estado de Santa Catarina, desenvolveu obras de integração com o Estado do Paraná.

Trata-se de Pedro Merhy Seleme, prefeito por 02 (duas) vezes da Cidade de Três Barras - Santa Catarina.

Em sua primeira gestão, construiu a Ponte sobre o Rio Negro, que liga São Mateus do Sul - Paraná, a Três Barras - Santa Catarina, integrando os dois Estados por mais uma rodovia, viabilizando ainda mais o progresso e o desenvolvimento da região sul do Paraná.

Na segunda vez que esteve frente ao Executivo Municipal de Três Barras, asfaltou a rodovia que liga Três Barras à ponte sobre o Rio Negro e efetuou a pavimentação asfáltica do Aeroporto Municipal de Três Barras, que serve freqüentemente a toda região Sul do Paraná, quer para o uso de autoridades, quer para o uso de empresários que estão investindo na região de São Mateus do Sul.

Tais obras traduzem o carinho, a visão empreendedora e a administração solidária ao Estado do Paraná e nada mais justo que prestar uma homenagem póstuma àquele, que pensando na integração, soube dedicar o seu trabalho em prol do desenvolvimento regional.

Como forma de agradecimento por tudo o que fez o como forma de registrar a homenagem do povo do Paraná, é que encaminho em anexo o projeto de lei que denomina de Rodovia "Pedro Merhy Seleme" o trecho da Rodovia PR-151, compreendido entre os Municípios de São Mateus do Sul - Paraná ao de Três Barras - Santa Catarina.

PROJETO DE LEI N° 180/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao ilustríssimo Senhor Luiz Carlos de Andrade Lima, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Pascoal Carlos Magno afirmou: "O menino Luiz Carlos é maior que o menino de Brodóski".

(Adalice Araújo)

Não é difícil o ofício de compor uma justificativa para propor título de reconhecimento ao artista plástico Luiz Carlos de Andrade Lima. É, antes, missão prazerosa e motivo de orgulho.

O curriculum de Luiz Carlos é vasto, rico, tanto quanto sua vida de artista, de aprendiz e de mestre. Igualmente numerosos são os elogios e as críticas generosas ao seu talento.

Nascido em Curitiba, em 1933, Luiz Carlos formou-se pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná e pelo Curso de Didática de Desenho da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Discípulo dileto do mestre Guido Viaro, Luiz Carlos recebeu Menção Honrosa de Pintura no IX Salão Paranaense, em 1952, e Menção Honrosa de Desenho e Artes Gráficas no mesmo certame. Em 1953 conquistou o primeiro Prêmio de Gravura do VI Salão da Primavera do Clube Concórdia, em Curitiba.

Dois anos depois, receberia, no mesmo Salão, o terceiro Prêmio de Pintura. Em 1956, ainda no Salão de Primavera, foi vencedor do primeiro Prêmio de Pintura, em 1956.

No ano seguinte recebeu Menção Honrosa do Salão de Artes para Novos, em Curitiba, e em 1959, novamente no Salão de Primavera

do Clube Concórdia, conquistou o Prêmio Banco Inco.

O XVI Salão Paranaense, em 1959, concedeu-lhe Medalha de Ouro em Pintura. Em 1963, no XX Salão Paranaense, recebeu Medalha de Bronze de gravura.

Sensível, dedicado e dotado de incrível talento para a produção artística, Luiz Carlos voltou a ser premiado no Salão de Primavera do Clube Concórdia, em 1963, com a medalha de prata.

O Centro Juvenil de Artes Plásticas do XXI Salão Paranaense, em Curitiba, conferiu-lhe o Prêmio Aquisição, em 1964, pela alta qualidade de seus trabalhos.

Em Londrina, em 1974, recebeu o Prêmio Especial do Salão de Arte Religiosa.

Mestre qualificado, é Professor de Paisagem e Desenho da Escola de Belas Artes do Paraná.

Mereceu Sala Especial no VI Salão de Arte Religiosa de Londrina, em 1974, e realizou exposições individuais em 1976 e 1979, na Galeria Eucatex, em Curitiba. Em 1977 expôs em Joinville. Participou do Panorama da Arte do Paraná, organizado pela Galeria do BADEP, em 1976, e de diversas outras coletivas e salões.

Em 1980, fundou a Andrade Lima Escola de Arte, através da qual tem emprestado sua sensibilidade e talento à formação das novas gerações de artistas.

Não é raro encontrar Luiz Carlos nos parques, Setor Histórico de Curitiba e nas demais ruas da cidade, ensinando a seus alunos a percepção da paisagem e da luz.

Entusiasmado com a arte religiosa, ofereceu a Via Sacra à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, em substituição às velhas gravuras a óleo sobre madeira, devoradas pelo tempo e em estado irrecuperável.

Sobre este trabalho, escreveu Adalice Araújo, renomada crítica de artes: "poucos artistas latino-americanos conseguiram expressar com tanta intensividade o terceiro mundo, como Luiz Carlos de Andrade Lima, na Via Sacra da Igreja da Ordem.

O Paraná tem, em suas artes plásticas, uma corrente expressionista de contestação social em que Cristo é o símbolo do homem do povo.

Iniciada por Guido Viaro - em cuja obra patética, porém, lógica, sente-se a influência do Quattrocento Italiano e do Muralismo Mexicano - tem hoje seu representante máximo em Luiz Carlos Lima (discípulo de Viaro) que, embora ultrapassando qualquer sentido caricatural, leva a tragédia humana às suas últimas consequências."

Em outra ocasião a mesma autorizada Adalice disse a respeito de Luiz Carlos: "...da angústia de si mesmo, da inércia das coisas diante do inexorável, Luiz ti-

rou a sua linguagem altamente expressiva que, por vezes, ecoa como um grito de angústia. Em suas composições, o que mais chama a nossa atenção são justamente as bocas que gemem, gritam ou mesmo cerradas falam de uma dor física ou moral; pois, se a arte de Luiz Carlos é feita de drama, é nas bocas que se concentra o clímax da tragédia."

A importância de Luiz Carlos de Andrade Lima para as artes do Paraná pode ser avaliada pelo unânime respeito devotado a ele por nossa sociedade.

"...fiel à figura quando ninguém acreditava que ela sobrevivesse como objeto pictórico, Luiz Carlos de Andrade Lima volta agora a ser um 'moderno', sem se esforçar absolutamente para ser 'moderno'. Continua pintando como sempre pintou. Com maior firmeza, com técnica mais apurada, com maior energia criativa - mas fazendo o que sempre quis fazer como pintor: recriar a realidade através de sua visão pessoal e subjetiva, porém sem abolir, suprimir ou ignorar o mundo em que nós vivemos. Por isso a sua arte é humana e, além de tudo, verdadeira..."

(Hélio de Freitas Puglielli)

"...convicto que a sua verdade era definitiva, jamais abandonou aquela atitude independente e personalista dentro do nosso ambiente artístico, armando-se de couraça defensiva, que o protegeu e que, de certa forma o tornou imune às últimas tendências e modismos. O desenvolvimento do seu trabalho, por conseguinte, tem fluído através de uma linha sem curvas acentuadas e sem etapas diferenciais profundas. Sentiu-se, em toda a sua extensão, a preocupação em se despojar, técnica e formalmente, das fortes raízes de sua formação inicial. Parece que o conseguiu, não obstante sua fidelidade à figura, à composição e ao 'metier' pictórico que absorveu a partir dos anos cinquenta, quando do aprendizado disciplinado a que se impôs ao deixar a Escola..."

(Ennio Marques Ferreira)

"...no referente a sua técnica, louvamos a pintura de Luiz Carlos Andrade Lima. Ela tem como suporte a real chave da boa pintura, que é o desenho. Esta obra é muito mais desenho do que pintura propriamente dita. O seu arcabouço é a linha. Neste sentido é que é mais desenho. E o mesmo tem uma personalidade tão forte que não há necessidade de recursos de textura. A matéria na pintura deste artista é lisa, suave, leve. Ela é decorrente do desenho. Este desenho que tem uma linha feita de lágrimas, de músculos, de nervos e até de sorrisos, por que não?"

Estas particularidades são notadas nos traços das figuras desta obra. É um desenho que sufoca a força das emoções que

emanam das cores dos quadros de Luiz Carlos de Andrade Lima para dar às telas um clima anímico mais profundo e um tanto misterioso..."

(Aurélio Benitz)

Desnecessário prosseguir, em linguagem leiga, a enumeração dos méritos de Luiz Carlos, depois de perfiladas autorizadas impressões sobre seu trabalho.

Conceder a Luiz Carlos o título de Cidadão Benemérito é reconhecê-lo orgulhosamente como filho do Paraná pelos brilhantes serviços prestados às artes do nosso Estado. (O livro está publicado no final deste Diário).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente quero aproveitar aqui a oportunidade para dar parabéns ao Caramuru pela excelente campanha no Campeonato Paranaense.

ranaense. Srs. Deputados, recentemente foi construído na Cidade de Castro o conjunto habitacional Canta Galo, financiado pela Caixa Econômica Federal, porém, algumas dúvidas pairam no ar a respeito da construção daquele conjunto que precisamos esclarecer, porque acho que o problema que afeta Castro também deve ter ocorrido em outros municípios. A área do conjunto foi doada pela Prefeitura de Castro, a infraestrutura foi doada pela Prefeitura de Castro, porém, pelo valor financiado pela Caixa Econômica transferido à empresa construtora, cooperativa, e pelos valores altos das prestações parece fora de dúvida que essas doações não foram deduzidas do total do custo da obra.

Estou encaminhando na data de hoje um requerimento à Caixa Econômica Federal solicitando algumas informações: Qual é a metragem das unidades construídas no Conjunto Canta Galo? A Caixa Econômica Federal financiou 20m ou 30m? A doação do terreno feito pelo Município de Castro e as obras de infraestrutura também executadas pelo município foram deduzidas no financiamento do financiamento das unidades construídas?

É isso, caros Deputados.

Vou encaminhar através desta Casa à Caixa Econômica Federal esperando em breve receber alguma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nas democracias a constituição promul-

gada pela fonte legítima da constituinte, consigna a distinta e inexpugnável área dos poderes e relaciona os direitos e garantias de todos.

Ela não expressa a vontade das minorias que eventualmente estejam no poder mas sim o estado de direito com um parlamento altivo.

No dizer de Bidart Campos "O que caracteriza a democracia não é a liberdade em si, mas a vigência da liberdade".

Por isso, no estado de direito, é indispensável que haja um judiciário neutro e independente, capaz de realizar a alta justiça, capacitado a organizar-se e a decidir, sem pressões de qualquer natureza, "vestidos os juizes com as prerrogativas maiores dos seus cargos".

Se forças quaisquer amputarem do judiciário essa independência fundamental de organizar-se e decidir e se forem os juizes colocados ante o arbítrio do executivo, então veremos que a liberdade se acaba, e não estaremos vivendo a democracia como regime político.

Reside exatamente num parlamento cômico de sua responsabilidade e descontaminado pelos caprichos da autoridade a segurança do estado de direito.

Se o parlamento destina-se a rotina e se destitue da obrigação de gerar efetiva e democrática produção legislativa, perde seu crédito junto ao povo que já o olha com desconfiança, senão desesperança.

Com este preâmbulo venho alertar os senhores Deputados da grave crise institucional que se abate sobre o Paraná com o recesso do judiciário na defesa dos seus vencimentos.

E o faço cômico que um Deputado haverá de ser, antes de tudo, um comprometido com a lei, a verdade e a honra, devendo ousar na defesa das instituições, contra os desregramentos da prepotência.

O Senhor Governador vem aviltando o judiciário e desrespeitando a lei.

Ainda agora, mesmo sabendo que o egrégio Supremo Tribunal Federal decidiu que "A fixação de limite percentual de participação do Poder Judiciário no orçamento do Estado, na lei de diretrizes orçamentárias, não pode ser feita sem a intervenção desse poder do Estado" teima em desobedecer a decisão judicial da mais alta corte de justiça do País, e dela não toma conhecimento.

O Supremo Tribunal Federal decide que o parágrafo 1º, do art. 98 da Constituição do Estado está suspenso e o Governador do Estado insiste que não, e descumpra aquela decisão.

Chamo a atenção dos Senhores Deputados que requisitos de natureza institucional, subtraem o funcionamento do Poder Judiciário do controle do Poder Executivo, e seus

efeitos asseguram-lhe autonomia operacional e política para exercer a sua missão constitucional de distribuir justiça.

É nosso dever manter a confiança da coletividade prestigiando o judiciário junto a ela.

Nunca ao contrário, fazer descrer da sua eficácia e afetar sua respeitabilidade e, por via de contágio, a própria credibilidade da sociedade na ordem jurídica e no regime democrático.

O Senhor Governador enviou pela Mensagem 013/93, aditamento a Mensagem 007/93, alterando a redação dos arts. 1º e 2º da versão original de Projeto de Lei à Assembléia, encaminhado para excluir os Deputados Estaduais das restrições antes previstas.

Ora, o Senhor Governador desdiz tudo que disse acerca do inciso XI, do art. 27, da Constituição Estadual que inclui os Deputados Estaduais em sua norma.

Por quê?

Porque S. Exa. necessita comprometer os Deputados na sua guerra particular contra o judiciário.

Tornando-os subservientes aos seus propósitos.

Embora tenha dito "Guimarães Menegale" que "não se inventou um curso ou uma aprendizagem para o traquejo do subserviente - que já nasceu sabendo" - espero que a posição desta Assembléia Legislativa, que é a minha, nessa crise institucional, deva comportar-se em regras de prudência e altivez, em defesa da reposição do judiciário em sua independência, reinvestido em suas prerrogativas funcionais.

Neste episódio não podemos nos atrelar ao executivo na sua posição de profunda injustiça com o judiciário.

Até mesmo a Mensagem original não poderia e nem deveria ser modificada através de substitutivo que totalmente a descaracteriza.

Aprova-se ou rejeita-se a Mensagem.

A protelação que está ocorrendo num Projeto em Regime de Urgência, além de ferir o Regimento Interno é altamente prejudicial à própria comunidade, que se socorre da justiça para a garantia de seus direitos.

A continuar este Estado de beligerância, chegaremos proximamente a total paralisação dos demais órgãos do judiciário, como por exemplo as serventias extrajudiciais, com o bloqueamento das matrículas imobiliárias, sustando em consequência todas as atividades do comércio ligado a construção civil e as demais atividades que necessitam de documentos judiciais para preservar seus interesses como os dos cartórios de protestos de títulos.

Cada Deputado tem hoje responsabilidade aumentada e se continuarmos de braços cruzados, a opinião pública a todos punirá, razão deste alerta que faço aos meus nobres pares e ao povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A nível nacional são vários os órgãos ou instituições que têm passado por dificuldades. Um desses órgãos é o IBGE que está sendo mutilado e o mecanismo usado são os baixos salários.

Através do pagamento de baixos salários e do achatamento salarial os técnicos competentes abandonam o órgão indo procurar emprego melhor aonde ele possa viver com maior facilidade.

Em função disso o IBGE está sendo desmantelado. São cortes de verbas que inviabilizam projetos de pesquisas importantes e fundamentais para os estudos da realidade brasileira. Sejam esses projetos para estudar a realidade econômica ou social. Não há prioridade do Governo Federal em investir no setor de pesquisas. Não há prioridade do Governo Federal em conhecer a nossa realidade, porque se conhecesse essa realidade através da coleta desses dados que são imprescindíveis para o planejamento nacional, poderíamos superar a crise ou sair da crise ou no mínimo ter elementos para que pudéssemos discutir a crise e sair dela.

Isso demonstra a falta de vontade política, a falta de vontade de planejamento já há vários anos, mas principalmente depois da entrada de Fernando Collor que tanto prejuízo causou à Nação brasileira, causou também, como não poderia deixar de ser, ao IBGE.

Um dos prejuízos foi adiar o censo de 90 para 91 que foi praticamente um crime contra o planejamento, foi um crime contra a sociedade brasileira, que ao não ter dados fiéis da população, ao ter um hiato maior, ou seja um hiato de onze anos de uma pesquisa a outra, de um censo ao outro, faz com que altere toda e qualquer estimativa de projeção de população na hora de se planejar. E essa situação foi agravada com o cancelamento da realização dos censos econômicos quinquenais. E parece-nos que se o Governo Federal não vier a se preocupar a situação ainda vai ser pior uma vez que o Orçamento do IBGE mal dá para manter a infra-estrutura funcionando, sequer assegura a folha de pagamento de seus funcionários.

O IBGE que já foi instituição das mais respeitadas no mundo, no campo da produção

e informação, é hoje uma instituição à beira da falência. Seus mais diferentes Diretores e a postura do Governo Federal de achatar os salários, de não investir em pesquisa e coleta de dados, tem destruído o IBGE e com isto destruído o planejamento que poderia ser feito a nível nacional. E como consequência os nossos dados estatísticos estão defasados, prejudicando qualquer estudo mais sério da nossa realidade e não pode permanecer desta maneira.

Por isso nós hoje apresentamos e solicitamos aos Senhores Deputados a aprovação de um Requerimento a ser enviado ao Governo Federal solicitando uma decisão política visando salvar o IBGE, visando que haja investimento no IBGE para que os bons técnicos lá permaneçam, para que a remuneração seja decente e correta como merecem os trabalhadores em geral, mas aqui principalmente aos técnicos daquele instituto, porque sem IBGE não há planejamento, sem planejamento não há solução para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, está se tornando intolerável a situação de violência no campo em nosso País. A violência se pratica das mais diferentes formas, seja ela através de assassinatos do campo, assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças, seja ela através de intimidação, seja ela através de processos ou seja ela através da escravidão.

Fatos graves têm ocorrido nos últimos dias ou nos últimos anos no Brasil nessa área de violência, principalmente ações violentas de entidades como a UDR que se sofisticou agora de outras formas a fazer a sua prática diabólica.

Um caso específico que não necessita mais de explicações, aqui acontecido no Paraná há pouco tempo, que foi o caso de Campo Bonito onde quatro vidas ceifadas caracterizando-se a luta pela reforma agrária como a causa dessa violência.

No mês de março passado o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaína, no Estado do Tocantins, desapareceu, após oito dias foi encontrado o seu corpo, morto e mutilado. O Bispo de Santa Maria e Presidente da Regional da CNBB de Santa Maria no Rio Grande do Sul, com uma Comissão de Deputados que estavam no fórum daquele município fazendo um entendimento para solucionar um problema de despejo de trabalhadores "sem-terra", foram presos, cercados através de centenas de carros nas ruas que cercavam o Fórum para impedir a sua saída.

O sindicalista Arnaldo D. Ferreira, do Município de El Dorado no sul do Pará, foi assassinado na semana passada, dentro de sua própria casa, quando pistoleiros arrombaram a sua casa, entram e o assassinam friamente.

1664 expulsões de terras, 6.000 despejos judiciais, 1.379 agressões físicas, 47 tentativas de morte, 91 feridos, 46 assassinatos de trabalhadores rurais, 24 assassinatos, ocorridos por diferentes motivos dentro das áreas indígenas. É o balanço da violência no campo que vem acontecendo diante da convivência e a passividade do Poder Judiciário do nosso País.

O norte do nosso País, é caracterizado hoje, (não só lá, mas com mais peso, naquela região como uma região de extrema escravidão dos trabalhadores rurais, principalmente em algumas áreas). Engana-se quem pensa que o trabalho escravo no Brasil é coisa da colônia, do Brasil-Colônia. Em pleno século XX, desde a primeira década deste século, já se tem conhecimento de práticas, nas fazendas de café de São Paulo e nos seringais da Amazônia. Porém, após 1.964, a questão da utilização de trabalho escravo no Brasil vem se tornando rotina. Um grande volume de recursos foram jogados na Amazônia, a fim de colonizar, na época dos governos militares, vultosas quantias em dinheiro, acrescidas de incentivos fiscais, atraíram enorme capital do BRADESCO, do Grupo Atlântica-Boa Vista, do BAMERINDUS, do Banco de Crédito Nacional, da Volkswagen, além de outros. Assim o governo militar brasileiro financiava os latifúndios na região amazônica e, conseqüentemente, financiava a exploração dos trabalhadores rurais, ou incentivava o trabalho escravo.

Senhor Presidente, eu falo no horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deferida a sua solicitação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Um dos casos mais graves ocorridos nesta região, aconteceu no período do General Emílio Garrastazu Médici, quando Presidente da República, com um custo de 175 milhões de dólares em incentivos fiscais, o Presidente Médici financiou reflorestamentos na área de carvoeiros, na região de Rio Pardo, Águas Claras, Três Lagoas no Mato Grosso do Sul. Nesta região, segundo as denúncias de um jornal local, aparecem trabalhadores mortos e na maioria das vezes, os corpos são jogados simplesmente nas pedreiras ou desaparecem. É a denúncia do Diário da Serra, do mês de março do ano passado, denunciando um caso gravíssimo de trabalho escravo nessa região, no norte ou no sul do Mato Grosso do Sul.

Ao longo do ano de 1992, a Comissão Pastoral da Terra denuncia dezoito casos de escravidão, envolvendo dezesseis mil pessoas em situação de trabalho escravo em nosso País. Dentre os responsáveis pelo crime, encontram-se empresas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e até do Estado do Paraná, entre outros Estados brasileiros.

Aqui no Estado do Paraná, um fato aconteceu, há não muito tempo, o de que um destes crimes está sendo comentado. E, hoje, inclusive, 11 de maio de 1993, uma pessoa que denunciou um trabalho escravo, no Paraná, estará sentado no banco dos réus, no Tribunal Regional Eleitoral, às 15 horas da tarde de hoje.

O fato aconteceu da seguinte forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados: em 13 de setembro de 1984, em Ponta Grossa, dez menores, com idade entre 12 e 16 anos, foram contratados por "gatos" (agenciadores de mão-de-obra temporária) para trabalhar em desmatamento e roçada, num empreendimento da Compet Agro Florestal S/A e da CAPP, empresa de reflorestamento, aqui no Estado do Paraná.

Aos menores foi oferecido cama, comida e remuneração em dinheiro, sem descontos. O trabalho seria realizado em Itaiacoca, distrito do Município de Ponta Grossa, com direito a retornar à cidade de origem, nos finais de semana. Esta promessa era feita pelos capatazes ou pelos "gatos", que contratavam os meninos menores para o trabalho.

Em 27 de setembro de 1984, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Ponta Grossa recebe uma denúncia, feita por mães de menores, cujos filhos estavam desaparecidos.

Dona Maria Gomes, mãe de um deles, desaparecido, procurou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e buscou ajuda, após já ter procurado ajuda da Polícia e do Juiz de Ponta Grossa, sem ser atendida, segundo ela.

Os meninos foram localizados no Município de Cerro Azul, distante 60 km de Curitiba, na Fazenda de Guatambu, de propriedade da COMPET, tendo como sócio-gerente desta empresa o Senhor Luciano Pizzatto.

No inquérito policial, os meninos revelaram que foram obrigados a dormir em acampamento sem higiene ou segurança, e trabalhavam das sete às dezoito horas, com meia hora para o almoço.

Os que pretendiam deixar o local eram ameaçados de morte. Com a dificuldade do roçado, acabavam comprando comida na venda do acampamento. Nos dias de chuva eram descontados os seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa

Excelência tem mais três minutos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Diz um deles: "um dia fui pedir as contas e o "gato" me falou que eu não poderia sair, porque devia na venda", disse um menino de 13 anos. Eram obrigados a dormir numa cama feita com tronco de árvores, chamada tarimba. "À noite, parecia macaco, ao dormir em cima daquilo", dizia outro deles. Não tinha colchão e nem coberta. As panelas em que cozinávamos eram imundas. A água pegávamos no riacho, onde tomávamos banho, a água para o consumo do acampamento.

No dia 1º de outubro, os menores foram ouvidos pela Juíza e pelo Promotor de Bocalúva do Sul. Os depoimentos foram enviados à Polícia Federal, que instaurou inquérito, arquivado em 1989, por passar do prazo de ser julgado.

Em 22 de outubro de 1984, a COMPET e CAPP foram obrigadas a pagar, na justiça, os direitos trabalhistas e sociais dos menores.

E, agora, após o processo e a denúncia serem arquivados por decurso de prazo, mesmo antes disto acontecer, o absurdo acontece na justiça do Paraná: as pessoas que denunciaram o trabalho escravo, antes mesmo do processo ser arquivado, já foram julgadas e condenadas, como o caso de Darci Frigo, assessor da Comissão Pastoral da Terra do Paraná. A justiça deixou prescrever o processo da denúncia do trabalho escravo, antes mesmo de ser julgado. Julgou um processo de calúnia e difamação, atribuído ao denunciante sem mesmo o processo ser julgado. Este mesmo referido processo foi desarquivado agora a pedido da Promotoria Pública, do Ministério Público do Paraná e está em andamento. E quem denunciou o trabalho escravo no Paraná hoje estará às 17:00 horas assentado no banco dos réus no Tribunal Regional Eleitoral por calúnia e difamação.

É um absurdo o que ocorre no Paraná, o que acontece hoje à tarde no nosso Estado, sem mesmo ser julgado o primeiro processo, quando agora ele foi novamente instaurado, foi retirado pelo pedido do Ministério Público, foi reaberto o referido processo. Os "gatos" que contrataram os menores e o condicionaram ao trabalho escravo foram condenados e estão com pedido de prisão preventiva decretada na justiça. Os agenciadores do serviço estão condenados e foram condenados a pagar os direitos trabalhistas dos trabalhadores e quem denunciou está julgado e condenado por denúncia, por calúnia e difamação, processo esse movido pelo Senhor Luciano Pizzatto um dos sócios e gerente da referida empresa.

Esperamos que a justiça seja feita e

que esse absurdo não se repita hoje à tarde, que a pessoa que denunciou e que está provado pelos andamentos do inquérito, que está sendo novamente levado ao Banco dos réus porque o processo foi recorrido pelo seu advogado e hoje novamente estará sendo julgado.

Esperamos que justiça seja feita e que Darci Frigo seja absolvido e que realmente os que exploram os trabalhadores com trabalhos escravos em nosso Estado, como casos já denunciados pela Comissão a qual fazemos parte nessa Assembléia Legislativa, sejam realmente punidos e a justiça seja feita em nosso Estado e Darci Frigo seja absolvido hoje a tarde e condenados os que devem por esse crime hediondo em pleno Século XX em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Silveira Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Paraná através da sua população e das suas autoridades constituídas, estou analisando profundamente o impasse em que vive hoje o Poder Executivo e o Poder Judiciário do Paraná.

Nós lamentamos profundamente de que esses fatos continuem ocorrendo, quando nós desejamos e eu quero acreditar que a própria Assembléia Legislativa do Paraná através da sua Mesa Executiva e dos Senhores Deputados desejem um ponto final neste impasse em que estamos vivendo. Entendo de que se buscarmos profundamente e analisarmos o pensamento da população de nosso Estado, nós haveremos de encontrar da população a mesma preocupação de que está tendo também este Deputado que representa uma parcela do povo do nosso Estado.

Discute-se a questão salarial, todo servidor público pelo que determina a Democracia, a quem ajudei a conquistar através do nosso trabalho, quando ainda pertencíamos às fileiras do MDB lutamos para buscar uma democracia para que houvesse o direito de liberdade e o direito de expressão.

E não podemos deixar continuar este clima tenso que estamos vivendo com os dois Poderes, que são Poderes que merecem o respeito da população do nosso Estado. A Assembléia Legislativa tem a sua autonomia própria mas não é por isso que não possamos ter a nossa participação entre os Senhores Deputados para buscarmos um consenso.

Não queremos buscar o vitorioso da história, mas, queremos buscar um consenso, um consenso que sempre preguei durante os dez anos que aqui estamos. Podem veri-

ficar, Senhores Deputados, nos Anais desta Casa sempre defendi o entendimento entre os três Poderes. Aonde acontecer o entendimento estamos caminhando para as buscas das grandes soluções do nosso Estado e por isso nós queremos caminhar cumprindo o nosso papel, a nossa função como Parlamentar fazendo um apelo ao Governador Roberto Requião e fazendo um apelo ao nosso Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Dr. Ronald Accioly, para que haja o entendimento. Até sugeria que colocasse como intermediador desse entendimento o ilustre Deputado e atualmente Secretário de Justiça e Cidadania o Deputado José Tavares. Que fosse o mediador do Executivo a discutir com o Judiciário para buscarmos esta solução.

Sabemos que mesmo estando unidos - os três Poderes, - já não está fácil para superarmos a crise econômica que estamos vivendo, imagine se continuarmos persistindo com este desentendimento. E eu faço um apelo para que haja esse entendimento e quem sairá ganhando com esse entendimento é o Estado que, honrosamente, nós representamos.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Gostaria só de registrar a presença aqui, hoje, do ex-Prefeito da Cidade de Barra do Turvo - Caiete, também está aqui junto com meu irmão - ex-Vereador daquela Cidade o Abel e do Presidente da Câmara também de Barra do Turvo - Estado de São Paulo, Rui Ieno, que nos honram com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 123/93, subscrito pelo Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 10 do corrente mês, em função de compromissos na Região Noroeste do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legisla-

tiva.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza doação de terrenos que especifica para o Município de Francisco Beltrão. Com relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLÊNARIO:

OF/DTL/SAT Nº 020/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 410/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 353/92, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo autorizar o Governo do Estado a doar ao Município de Francisco Beltrão os imóveis que especifica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência fundamenta-se em informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sendo que esta manifestou-se contrariamente à sanção do questionado Plano de Lei, argumentando que os imóveis, objeto da pretendida doação, deverão ser utilizados pelo Departamento de Polícia Civil, abrigando um Posto de Identificação e Seção de Criminalística, consoante Plano de Segurança Renovada, o que, indiscutivelmente, proporcionará grandes benefícios àquela Região.

Portanto, o referido Plano de Lei contraria os mais altos interesses da Administração Pública Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 353/92, foi publicado no D.A. nº 166 de 19.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 11/93

P A R E C E R:

A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do nobre Deputado João Arruda, que autoriza doação de

terrenos para o Município de Francisco Beltrão, foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 020/93.

Procedida a análise constitucional e regimental, verificamos que o presente Veto obedeceu aos prazos exigidos. Analisando, ainda, os motivos alegados nas razões apresentadas pelo Sr. Governador, encontramos muito bem fundamentadas para tanto.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão por 05 (cinco) sessões da Proposição n° 011/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição n° 011/93.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 012/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 312/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio e Emilia Belinati, regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica. Com Relatório da C.C.J.. **CONSIDERANDO VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT N° 021/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 418/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar n° 312/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo atribuir ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, a competência para o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica, dispondo, ainda, sobre suas atribuições e composição.

As inconstitucionalidades e razões que contrariam os superiores interesses da Administração e que determinaram a negativa de sanção ao questionado Plano de Lei, são as que vêm a seguir explicitadas.

São necessários investimentos públicos na ciência e tecnologia, sem o que o processo de desenvolvimento do Estado estará sempre atrelado a interesses forâneos, virtualmente desligados dos imperativos sociais. O Estado que queira desenvolver-se de forma integrada, voltado para desenvolver os problemas sociais, a fome, a miséria, o desemprego e o analfabetismo, tem que investir na Ciência e na Tecnologia, como programas permanentes de Estado e não como eventuais e passageiros projetos pessoais.

Para que houvesse uma política permanente, coerente e contínua de ciência e tecnologia, foi criado pelo Decreto 3.807, de 28 de maio de 1981, depois várias vezes reformulado, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e em 1986, pela Lei 8.387, o Fundo de Ciência e Tecnologia do Paraná - FUNCITEC.

O Concitec e o Funcitec são instrumentos que podem exercer este papel de promoção, organização e disciplina da política científica e tecnológica permanente do Estado. Os recursos públicos alocados para a Ciência e Tecnologia, porém, devem ser distribuídos segundo interesses públicos e não privados, para que surta resultado benéfico à população. Este é o comando constitucional e a vontade da Nação.

O projeto de lei complementar n° 312/91, porém, está viciado de inconstitucionalidades formais que conduzem a necessário veto integral, especialmente por seu vício de origem, já que esta matéria, a criação e estruturação de órgão público, tem iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme o imperativo do art. 66, IV, da Constituição do Estado do Paraná. É claro que o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia é órgão da administração pública, aliás já existente, dar-lhe novas atribuições e estruturação como o faz a lei, é de privativa iniciativa do Governador, titular do juízo de oportunidade e conveniência.

Mas, mesmo que se pudesse superar esta inconstitucionalidade, outras se apresentam que maculam o texto aprovado de tal forma a indicar o veto:

1 - Poderes de gestão ao Concitec. No regime presidencialista de governo, como é o estatuído pela Carta Magna, o Poder Executivo é exercido exclusivamente pelo seu titular, o Governador nos Estados. Nesta perspectiva, os Conselhos criados como órgãos do Estado não podem ter senão natureza meramente consultiva. O projeto de lei complementar n° 312/91 confere poderes de gestão ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, usurpando competência indelegável de caráter governamental e administrativa do Poder Executivo.

2 - Interferência no funcionamento de

associações. O art. 4º, II, III, IV e V do projeto em análise incluem compulsoriamente no Conselho representantes de entidades civis, interferindo diretamente em seu funcionamento. A Constituição Federal dispõe expressamente: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento" (art. 5º XVIII). Ora, obrigar, por lei, a uma entidade civil nomear representante para compor um órgão gestor de dinheiro público é, sem dúvida interferir em seu funcionamento, porque o fará co-responsável na administração de uma política pública, coisa que a associação tem o direito de não fazer.

3 - Ainda na composição do Conselho, a composição que lhe foi estabelecida, desvirtua seu caráter de entidade pública, enquanto a Constituição Federal autoriza o Poder Público Estadual a vincular parcela de sua receita orçamentária ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, desde que seja destinada à entidades públicas; textualmente: "É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica". (art. 218, § 5º). Desta forma, o projeto em tela está em desconformidade com este dispositivo constitucional e, portanto, impróprio para sanção.

4 - A vinculação de 2% da receita tributária do Estado ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Funcitec, colide com o art. 167, IV, da Constituição Federal, que proíbe a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. In verbis: "São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º. As exceções expressas não contemplam o objetivo do Projeto de Lei Complementar em pauta. Não se pode confundir a receita tributária com a receita orçamentária referida no art. 218, § 5º, acima citado.

5 - A destinação de 50% (art. 15) a entidades públicas do Estado permite a ilação de que os outros 50% serão destinados a entidades privadas, conforme o art. 3º. O art. 218, § 5º, da Carta Magna somente autoriza a vinculação da parcela de receita orçamentária a entidades públicas. Conseqüentemente, é inconstitucional na medida em que destina receita no fim de 4

anos a entidades não públicas.

6 - A norma do art. 218, § 5º, da Constituição Federal, que faculta ao Estado vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica, não pode ser confundida com a destinação de percentual orçamentário para um fundo, administrado por um conselho com poderes deliberativos, impedido pelo art. 167, IV, da Constituição Federal até porque contraria o princípio basilar do orçamento, que é o da anualidade, sujeito à aprovação do Poder Legislativo.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 312/91 foi publ. no D.A. nº 90 de 06.08.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 12/93
V E T O

P A R E C E R:

I - A presente proposição veta o Projeto de Lei Complementar nº 312/91, de autoria dos Deputados Algaci Túlio e Emilia Belinati, que objetiva regulamentar o art. 205 da Constituição Estadual, destinando 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado para o fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica e que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do ofício DTL/SAT nº 021/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos em Lei.

III - Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Orlando Pessuti).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa mais uma vez que para votar favorável ao veto deve-se usar a cédula SIM, e para votar contrário ao veto, cédula NÃO. Para rejeição do veto e aprovação do projeto são necessários 28 votos NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antônio Anibelli) - ... (Votação nominal). Procede à Cha-

mada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo comissão formada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Renato Adur, Emilia Belinati e Toti Colaço para conferência dos votos.

(É feita a conferência dos votos).

A Mesa anuncia o resultado da votação. Votaram pela manutenção do veto 19 Senhores Deputados.

Pela rejeição 26 Senhores Deputados. Está mantido o veto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Queremos, em nome da Deputada Emilia Belinati, agradecer os Deputados que nos acompanharam na votação e lamentar profundamente de que o acordo de cavalheiros feito nesta Casa, com a bancada governista, com os Deputados que dão apoio ao Governo do Estado, havia ficado acertado de que após este acordo a Assembléia votaria favoravelmente a este projeto de lei, e lamentavelmente hoje comprova-se mais uma vez nesta Casa de que infelizmente nem sempre os acordos de cavalheiros são de cavalheiros realmente. Lamentamos profundamente que este acordo não tenha sido respeitado pela Casa, quando o projeto é de suma importância para a Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica ao Plenário que se encontra em visita oficial à Assembléia Legislativa e nesse momento visitando este recinto a Cônsul-Geral do Canadá em São Paulo, Senhora Mary Elisabeth Vandenhoff, a quem agradecemos a sua presença e desejamos uma boa estada no Paraná.

A Mesa suspende a Sessão por cinco minutos para que a Senhora Mary Elisabeth possa cumprimentar os Deputados Estaduais do Paraná.

Sessão Suspensa.

Reaberta a Sessão.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que estabelece critérios e normas para a execução da política habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Com relatório da C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 28/93

Curitiba, 01 de março de 1993. Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 407/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelên-

cia que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 571/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação do Fundo Estadual de Moradia Popular, destinado a financiar a construção de habitações de interesse social, para atendimento à população de baixa renda.

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorre da inconstitucionalidade de que se reveste a medida porque, ao vincular recursos oriundos de "royalties" como receita do pretendido fundo, fere frontalmente o disposto no art. 142, da Constituição Estadual e no art. 58 do Ato das Disposições Transitórias da mesma Carta, onde estão contidas determinações de que tais recursos deverão ser recolhidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e por ele geridos. Essa norma constitucional, como, aliás, pede a Constituição, encontra-se regulamentada pela Lei Complementar nº 60, de 9 de dezembro de 1991.

Por outro lado, vale ressaltar que, conforme pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda, embora reconhecendo como louvável a iniciativa, há que ser considerado o fato da política habitacional do Oeste vir sendo satisfatoriamente atendida pelos recursos alocados à Secretaria Especial da Política Habitacional e Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 571/91, foi publ. no D.A. nº 162 de 04.12.91)..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 15/93

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 571/91, de autoria do nobre Deputado José Afonso Junior, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR - FPHP, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, e fere o disposto no artigo 142, da Constituição Estadual e o artigo 58 do Ato das Disposições Transitórias.

Apesar dos motivos expostos por Sua

Excelência o Governador do Estado, nada impede a sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

Lembramos aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se utilizar da cédula Sim, os contrários com a cédula Não.

Solicito ao 1º Secretário Deputado Antônio Annibelli que proceda a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antônio Annibelli) -
Procede a Chamada Nominal.
(Termina a Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo a comissão formada pelos Deputados Renato Adur, Mário Bezerra e Cezar Silvestri para proceder a contagem dos votos.

Quarenta e quatro votantes. Um voto nulo, quatro votos em branco, quinze votos "NÃO", vinte e quatro votos "SIM". Está mantido o veto".

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR-369, que liga a sede do município de Barbosa Ferraz à PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. APRECIAR NESSE TURNO O SUBSTITUTIVO APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

Nesta discussão estaremos apreciando apenas o Substitutivo Geral aprovado em 2ª. Discussão. Os Senhores Deputados que forem a favor do Substitutivo permaneçam como estão. APROVADO.

O Projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/92, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a "Associação das Senhoras de Rotarianos de Mamborê", com sede e foro no município de Mamborê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/93, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Verdelírio Aparecido Barbosa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que revoga a Lei nº 7727, de 25 de julho de 1983 (Município de Turvo). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 162 de 04.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 575/91

PARECER:

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, revoga a Lei nº 7727, de 25 de julho de 1983, que retifica as divisas e confrontações descritas no art. 1º da Lei nº 7576, de 12 de maio de 1982.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, considerando também a justificativa do autor no sentido de que a proposição busca restabelecer decisão de plebiscito realizado na localidade de Faxinal da Boa Vista, em 1960, determinando que a mesma passaria a integrar o município de Prudentópolis, emito Parecer Favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Ovídio Constantino, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. APROVADO.

Fica, portanto, adiada a discussão, por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 575/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que efetua o comodato junto ao Governo federal, para utilização das dependências do IBC no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. APROVADO. (Public. no D.A. nº 157 de 05.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 325/92, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, autoriza realização de comodato junto ao Governo Federal para utilização das dependências do I.B.C..

Louvando a iniciativa, não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à sua normal tramitação, sendo favorável à sua aprovação.

S.m.j. é o parecer.

Sala das Comissões, em 28.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA IND. E COM.
PROJETO DE LEI Nº 325/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 325/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, autoriza a rea-

lização de comodato junto ao governo federal para a utilização das dependências do I.B.C. (Instituto Brasileiro do Café).

Da análise do referido projeto, por considerar legítima a proposição, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/93, de autoria do Tribunal de Justiça Of. nº 189/93, que dá nova redação a letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 122/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - A letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 235 ...

I -

h) 166 (cento e sessenta e seis) oficiais de Justiça;

.....

Art. 2º - Ficam criados cinquenta e dois (52) cargos de Oficiais de Justiça.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo se destinam à Comarca de Curitiba.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.04.93.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

1 - Existem atualmente cento e quatorze (114) cargos de Oficiais de Justiça em Curitiba, para atender cinquenta e duas (52) Varas, via de regra há dois (02) oficiais de Justiça por Vara.

2 - Somente na Vara de Precatórias Criminais existem mil (1.000) mandados para cumprimento por mês. O MM. Juiz teve que suspender a entrega de mandados aos Oficiais de Justiça, diante do acúmulo de serviço.

3 - Na 2ª Vara do Tribunal do Juri, que realiza a instrução de todos os feitos criminais de competência do Tribunal do Juri, igualmente há evidente excesso de serviço. Ademais, em todas as Varas Crimi-

nais de Curitiba os Oficiais de Justiça não conseguem vencer o serviço.

4 - O novo Código de Divisão Judiciária do Estado do Paraná, já prevê o aumento do número de cargos de oficiais de Justiça em Curitiba. Dessa forma, ocorrerá uma simples antecipação da criação dos mencionados cargos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 122/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei tem por finalidade dar nova redação a letra "h", do inciso I do artigo 235 da Lei nº 7297 de 08.01.80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências.

Esta Comissão foi chamada a opinar, analisando a constitucionalidade e legalidade do mesmo.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 122/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Ofício nº 189/93, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por finalidade dar nova redação a letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização Judiciária do Estado) e dá outras providências.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento nº 1193 de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1165, de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1164, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do

expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1163, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1160, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1166, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1159, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1167, 1168 e 1169, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1170, 1171, 1172 e 1173, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1174, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1194, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1175, 1176, 1177 e 1178, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. Aprova-

dos. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1179, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1180, 1181 e 1182, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1183, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1184 e 1185, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1187, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, com apoio dos Srs. Deputados Heinz Herwig, Renato Adur, Severino Félix e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

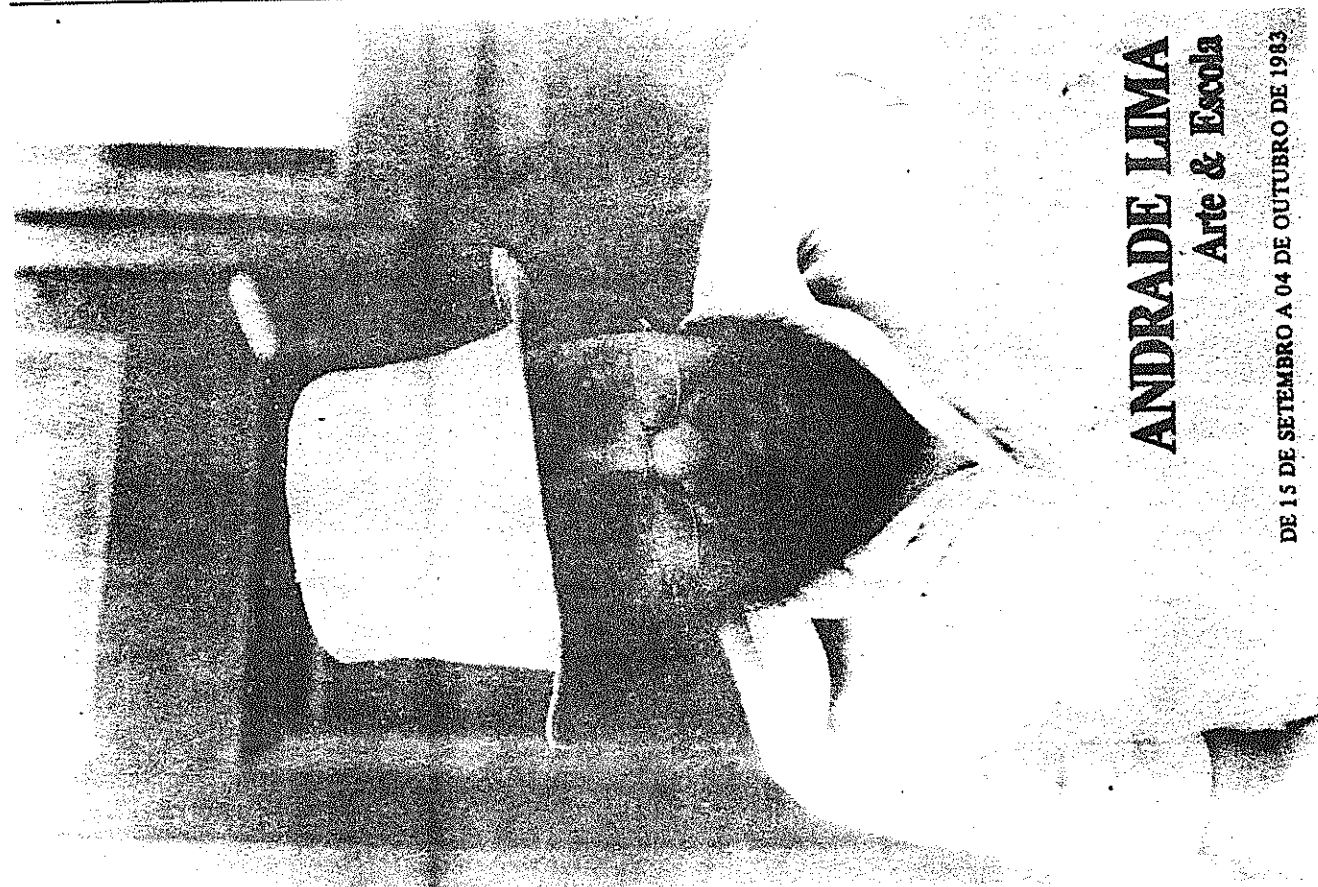
Requerimento n° 1191, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 325/92 e 122/93.

Levanta-se a sessão.



ANDRADE LIMA

Arte & Escola

DE 15 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 1983

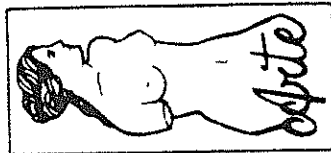
SALÃO DE EXPOSIÇÕES DO BADEP
ABERTO DIARIAMENTE DAS 8:30 ÀS 18:00 HORAS
Av. Dr. Vicente Machado, 445 - Fone 224-9711 - Curitiba

ESTE CATALOGO FOI IMPRESSO NAS OFICINAS DA
GRÁFICA CAPITAL E TOTALMENTE FINANCIADO PELA
ANDRADE LIMA - GALERIA & ESCOLA DE ARTE
TRAQUEM A 50% EXEMPLARES REPRODUÇÃO PROFUNDA

CRONOGRAMA DAS DEMONSTRAÇÕES DE TÉCNICAS

- 2as FEIRAS -- das 14:00 às 17:00 h.
- 3as FEIRAS -- das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 h.
- 4as FEIRAS -- das 14:00 às 17:00 h.
- 5as FEIRAS -- das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 h.
- 6as FEIRAS -- das 14:00 às 17:00 h.
- SÁBADOS -- das 9:00 às 11:00 h.

DE 16 DE SETEMBRO A 04 DE OUTUBRO DE 1983



DESENHO - PINTURA - JAZZ - BALLET
GINÁSTICA - ATELIER INFANTIL
PREPARATÓRIO PARA PRÉVIAS
AOS VESTIBULARES

ANDRADE LIMA - GALERIA & ESCOLA DE ARTE
Rua Buenos Aires, 57 (Batei) - Fone: 224-1217
Rua Frederico Maurer, 3155 (Boqueirão)

PASCOAL CARLOS MAGNO AFIRMOU:
"O MENINO LUIZ CARLOS É MAIOR DO QUE O
MENINO DE BRODOSQUI"

Existem fatos aparentemente trágicos que fazem, porém, com que o ser humano não só encontre uma sublimação, como também abrem novos caminhos para todo gênero humano, inclusive numa linguagem inaudita de vivência. Tal foi o caso de artistas geniais como Beethoven, Lautrec, Dostoiévski e tal é o caso de Luiz Carlos. Da angústia de si mesmo, da inércia das coisas diante do inexorável, Luiz tirou a sua linguagem altamente expressiva que, por vezes, ecoa como um grito de angústia. Em suas composições o que mais chama a nossa atenção são justamente as bocas que gemem, gritam ou mesmo cerradas falam de uma dor física ou moral: pois, se a arte de Luiz Carlos é feita de drama, é nas bocas que se concentra o climax da tragédia. A solidão mora nos desenhos de vagabundos sentados nas praças que sentem o abandono e a incommunicabilidade dos que estão sós. Na série de prostitutas, tipos tirados dessa multidão anônima e triste que fazem "trottoir" nas Mateus Leme de todas as cidades, desfilam as anomalias da pseudo civilização ocidental, dos que por ignorância e fome vendem seu próprio corpo e continuam sempre sós. Também Rouault, esse grande pintor católico do séc. XX, pintou uma série de prostitutas em que mostra o que há nelas de animalesco; Luiz Carlos consegue o mesmo resultado, só que, ao mesmo tempo, sente por elas uma grande compaixão. Nas composições religiosas destaca-se a "série de coroinhas" que atônitos em sua pureza infantil, penetram na inacessível dualidade do Kosmos e do caos, entoando suas melancólicas ladainhas — A metamorfose plástica tão típica dos expressionistas, com sua carga emocional fazendo com que formas linhas e cores se manifestem sempre de forma pateticamente dolorosa, sem romper contudo com a figuração, é bastante característica em toda a sua obra. Luiz Carlos de Andrade Lima pertence à primeira geração de pintores que em hora usando uma linguagem contemporânea,

nea, têm a coragem de serem fiéis à sua própria inspiração e por isto são marginalizados, tanto pela crítica como pelos "salões", pois a sua independência artística é mantida num nível demasiado alto para que possam seguir os "demiurcos" da pintura. E nós nos congratulamos por existirem artistas como eles, que não pintam pelo que se diga ou por medalhas, pois são os Rembrandts e os Van Goghs, os mártires do idealismo que o esnobismo togado vem crucificando através dos tempos. E, nos congratulamos também, ao considerar que existem os que à margem dos modismos entendem a mensagem dos verdadeiros artistas como Pascoal Carlos Magno ao afirmar: "O menino Luiz Carlos é maior do que o menino de Brodosqui".

ADALICE ARAUJO

AMLI EGARQUIA STRA BIA ALOO23
LUIZ CARLOS DE ANDRADE LIMA

Luiz Carlos de Andrade Lima nasceu em Curitiba, em 1923, de pais portugueses e brasileiros. Estudou no Colégio de São João Batista, em Curitiba, e no Colégio de São João Batista, em Curitiba. Foi aluno da Faculdade de Belas Artes da Universidade Federal do Paraná, onde se graduou em 1952. Foi professor de Pintura no Colégio de São João Batista, em Curitiba, e no Colégio de São João Batista, em Curitiba. Foi também professor de Pintura no Colégio de São João Batista, em Curitiba, e no Colégio de São João Batista, em Curitiba.

Terceiro Prêmio de Pintura do Salão da Primavera do Clube Concórdia, em Curitiba, em 1955.

Primeiro Prêmio de Pintura do IX Salão da Primavera, do Clube Concórdia, em Curitiba, em 1956.

Menção Honrosa do Salão de Artes para Novos, em Curitiba, em 1957.

Prêmio Banco Inco do Salão da Primavera, do Clube Concórdia, em Curitiba, em 1959.

Medalha de Ouro de Pintura do XVI Salão Paranaense, em Curitiba, em 1959.

Medalha de Bronze de Gravura do XX Salão Paranaense, em Curitiba, em 1963.

Medalha de Prata do Salão da Primavera, do Clube Concórdia, em Curitiba, em 1963.

Prêmio Aquisição, Centro Juvenil de Artes Plásticas do XXI Salão Paranaense, em Curitiba, em 1964.

Prêmio Especial do Salão de Arte Religiosa de Londrina, em 1974.

Professor de Paisagem e Desenho na Escola de Belas Artes do Paraná.

Merceu Sala Especial no VI Salão de Arte Religiosa de Londrina, em 1974.

Realizou individuais em 1976 e 1979 (Galeria Eucatex, Curitiba), 1977 (Joinville, SC). Participou do Panorama da Arte no Paraná, organizado pela Galeria do Badep em 1976, e de diversas outras coletivas e Salões.

Em 1980, fundou a Andrade Lima Escola de Arte, à qual tem se dedicado desde então.

Frequentemente pode ser visto nos parques, no Setor Histórico, nas ruas da cidade, ensinando a seus alunos a percepção da paisagem e da luz de Curitiba. Entusiasmado com a arte religiosa, ofereceu a Via Sacra à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas em substituição às velhas óleo gravuras sobre madeira devoradas pelo tempo, que estavam na Igreja desde 1880 e até 1978, lamentavelmente irrecuperáveis.

ESCOLA DE ARTE ANDRADE LIMA

O contexto educacional brasileiro exige hoje, mais do que nunca, a soma de esforços no equacionamento de problemas e contradições que se acumulam no domínio da educação. Os desafios presentes exigem das pessoas que se ocupam, direta ou indiretamente, das atividades educativas, intensa reflexão, constante revisão das práticas vigentes e criterioso discernimento na implantação de inovações que possam contribuir para que o sistema educacional corresponda efetivamente às necessidades dos alunos.

A Escola de Arte Andrade Lima, fundada em 20/03/80 é uma instituição de caráter educativo-cultural que pretende apresentar e incentivar novas propostas no campo da criação e da mostra artística.

Oferece cursos de desenho, pintura, gravura (metal, madeira e pedra), paisagem, cerâmica, atelier infantil, ballet, jazz e ginástica, além de cursinho preparatório às provas de arquitetura, belas artes, educação artística, desenho industrial e comunicação visual.

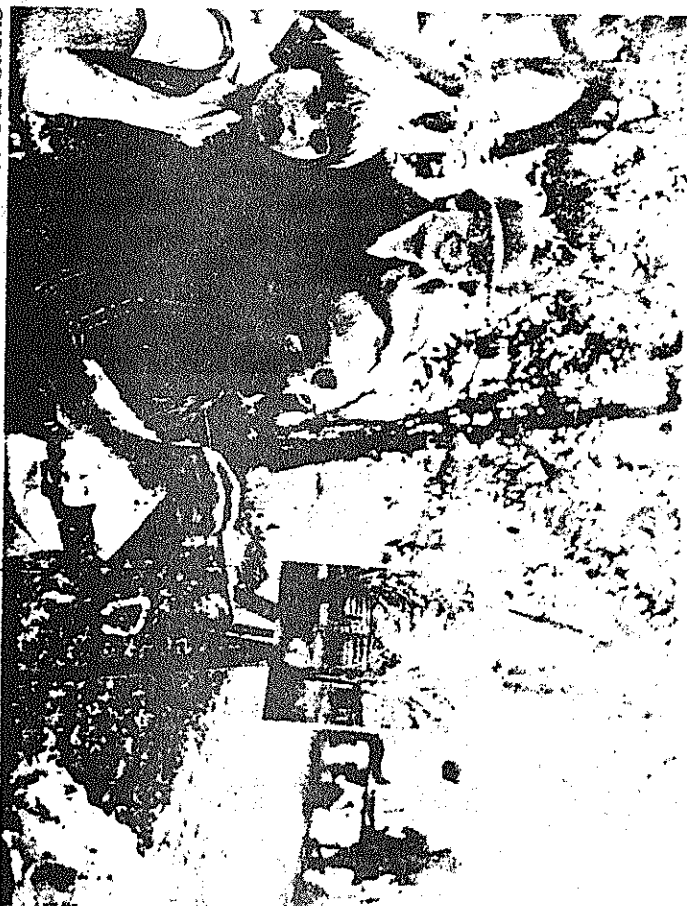
O corpo docente desta escola é formado por professores de alto gabarito, alguns com especialização no exterior, porém, sua tecnologia educacional não tem compromisso com modismos, mas sim com a reorientação e melhoria do ensino artístico.

As aulas dos vários cursos são ministradas nas sedes do Batel e Boqueirão, sendo que a escola possui ainda uma sede campestre com 8.800 m² em Fetraria - Campo Largo, para o ensino de paisagem, desenho de animais e aulas de criatividade.

Os educadores da Escola de Arte Andrade Lima sabem que viabilizar propostas que contribuam para a renovação do ensino artístico não é fácil nem simples. Sabem que essa tarefa não tem fim e se renova a cada momento, mas, prosseguem, na certeza de que, se abrirem algumas brechas, o estorço terá valido a pena.



ATELIER DE PINTURA

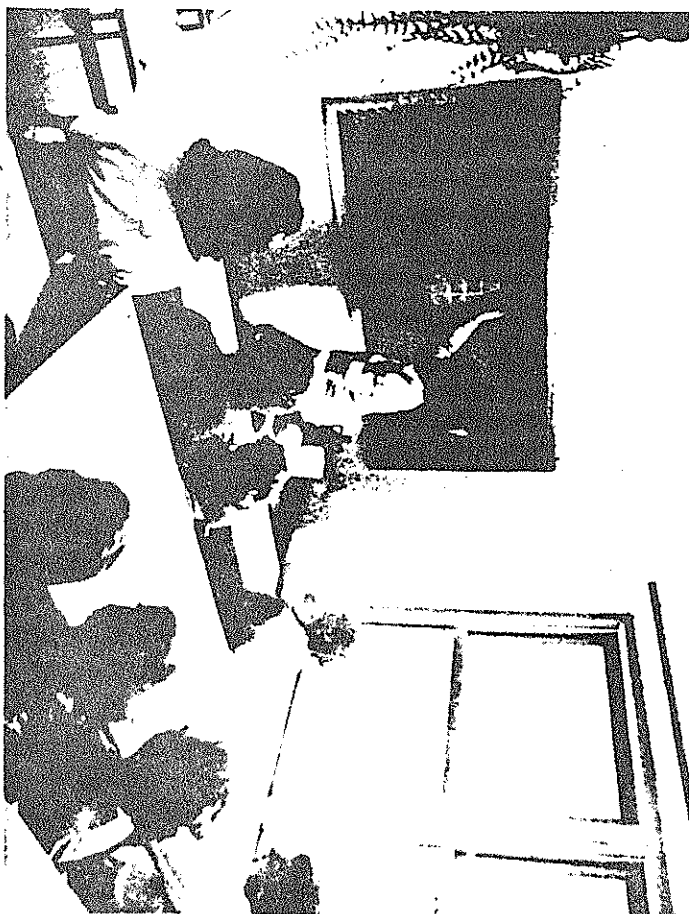


CURSO DE PAISAGEM

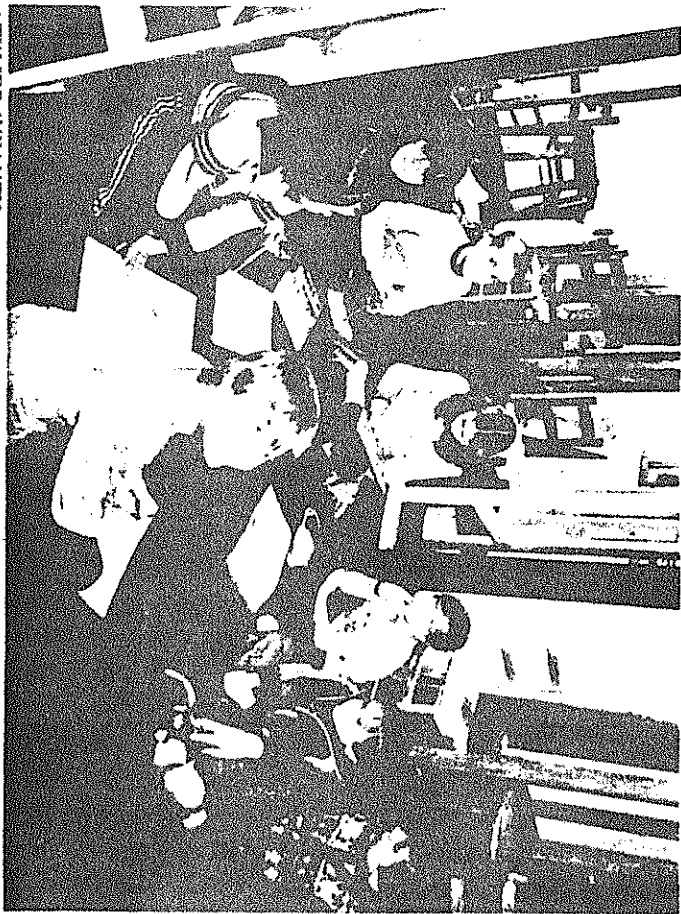


SALÃO DE EXPOSIÇÕES – BADEP
ABERTO DIARIAMENTE DAS 8:30 AS 18:00 HORAS
COORDENAÇÃO DESTA MOSTRA:

ANDRADE LIMA
GALERIA & ESCOLA DE ARTE



CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR



ATELIER INFANTIL